

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

06 a 12 de Dezembro de 1992 Nº67

ÁFRICA DO SUL: Entraves à democratização

Dois eventos puseram em evidência recentemente a dificuldade de encaminhamento do processo de democratização da África do Sul. O primeiro deles foi o atentado de King William's Town (ver A semana nº66), ocorrido no dia 28 de novembro, e onde morreram 4 pessoas, todas brancas, e feridas outras 17. Especulou-se acerca da autoria do atentado, atribuída ora a extremistas negros, ora à hipotética "terceira força", interessada na desestabilização do processo de reformas. O secretário-geral do Congresso Pan Africano (PAC), organização Anti-Apartheid situada à esquerda do ANC, Benny Alexander, afirmou que seu movimento não poderia negar ou confirmar a autoria do atentado, embora recordasse que muitos acreditam que o problema da violência no país seria enfrentado com maior rigor caso também brancos, e não somente negros, sejam vitimados por ela. Em seguida, um porta-voz do PAC radicado no Zimbábue reivindicou para a organização a autoria do atentado, alertando os brancos sul-africanos que novos ataques terão lugar. O PAC não aceita integrar-se às negociações sobre uma nova ordem constitucional sul-africana.

O ANC e o Partido Democrata (dos brancos liberais) condenaram vigorosamente o atentado. O ANC considerou King William's Town um "ato ultrajante de puro terrorismo", recordando que "este tipo de atrocidades só serve os interesses dos que tentam prejudicar o processo negocial por meio da violência". Os Democratas reafirmaram a necessidade de supressão dos exércitos privados. O Partido Conservador, composto por dissidentes do Partido Nacional (no poder desde 1948) que se opõem ao fim do apartheid, atribuíram a responsabilidade das mortes às reformas conduzidas por De Klerk, mostrando que os temores do ANC são fundamentados. (Lembremos que aparentemente os conservadores tem uma boa penetração nas forças de segurança do Estado).

NESTA EDIÇÃO

José Mensurado, jornalista da RTP, escreve sobre a "trajédia Angolana" p.01

Entrevista com Rafael Barbosa, figura histórica do nacionalismo guineense p.09

Moçambique pede presença efetiva da ONU p.10

Entrevista com Joe Slovo, presidente do SACP p.12

O segundo evento a que foi feita referência foi o anúncio, por parte de Mangosuthu Buthelezi, primeiro-ministro do bantustão do KwaZulu e líder do Inkatha Freedom Party, de um projeto de constituição de uma nova unidade política, composta pelos atuais KwaZulu e província de Natal (administrada por brancos), a partir de um plebiscito entre os habitantes destes dois territórios. Esta nova unidade política poderia, no entender de Buthelezi, servir de base para a constituição de um Estado federal na África do Sul. Disse Buthelezi que "uma boa Constituição pode ser escrita e democraticamente aprovada sem haver uma Assembleia Constituinte", o que analistas creditam às pesquisas que atribuem ao Inkatha um baixo nível de apoio no plano nacional. As reações foram imediatas. O ANC afirmou que Buthelezi está investindo na "balcanização" do país, ao passo que Roelf Meyer, ministro de Desenvolvimento Constitucional e braço direito de De Klerk, acusou o líder zulu (embora não de todos os zulus) de procurar travar o processo de reformas, afirmando que este projeto levará o Inkatha a um confronto direto

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza, Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

to com o governo, que sob hipótese alguma permitiria a realização deste plebiscito.

Nesta conjuntura delicada, assume grande relevo a retomada do diálogo entre as duas principais forças políticas do país, o governo e o ANC, que tem por objetivo o restabelecimento das negociações e a elaboração de um cronograma para o processo de democratização. (p. 11 e 12) FN

ANGOLA: A retirada das tropas da UNITA do Uíge e do Negage adiou a guerra.

O recuo das tropas da UNITA nessas duas cidades acarretou na suspensão da contra ofensiva preparada pelo governo. A concepção desta resposta governamental baseou-se não só no campo militar, mas também no campo político diplomático. Os partidários de José Eduardo dos Santos elaboraram uma ampla estratégia de aproximação e composição com todos as forças de oposição (11 partidos emergentes), na tentativa de empurrar a UNITA para um acordo. Este último em decorrência, da sua própria história, dos conflitos armados que se registravam por todo o país e por representar uma grande parcela da população teve, incluído na sua negociação com o MPLA postos do novo governo. Esta atitude do MPLA buscou demonstrar à comunidade internacional que o desejo de uma solução pacífica expressa por Luanda não estava sendo correspondido pela UNITA. Mais uma vez, a res-

posta da UNITA a essa atitude do MPLA foi a intensificação dos ataques no Norte do país. O agravamento do conflito no Norte fortaleceu a posição dos militares e ortodoxos no interior do MPLA. Os futunguistas foram ultrapassados pela necessidade de uma resposta a altura dos ataques que estavam sendo implementados por Savimbi. A solução de José Eduardo foi afirmar que estavam esgotadas as saídas para uma solução pacífica. A primeira ação nesse sentido foi a nomeação de João Matos para a Chefia Maior das Forças Armadas, com o consequente afastamento do general N'dalu. A partir deste momento começaram as articulações para a ação militar governamental, que deveria ser apresentada como inevitável.

A declaração dos Estados Unidos condenando a ação militar ofensiva da UNITA foi a última comprovação de que o governo angolano poderia agir em resposta aos ataques da UNITA, neste momento a guerra tornou-se uma questão de tempo. A retirada iniciada pela UNITA nas cidades do Norte travou o combate e abriu uma perspectiva mínima de diálogo. De qualquer forma o MPLA está numa posição privilegiada tanto interna quanto externamente e especialmente do ponto de vista militar. O bombardeamento da pista do Negage foi a primeira comprovação da superioridade em relação as tropas da UNITA (p. 01 a 07) MB

CENTRE FOR

SOUTHERN AFRICAN STUDIES

THE CENTRE FOR SOUTHERN AFRICAN STUDIES was established in 1990 to conduct research into South Africa's future relations with southern Africa after apartheid.

Under the leadership of Professors Peter Vale and Robert Davies, CSAS analyses current and future problems in the region from the point of view of promoting a new form of regional role for a democratic South Africa. Its research focuses on questions of regional security, and regional co-operation and integration.

CSAS works with the African National Congress Macro-Economic Research Group; is involved in consultative work for SADC; participates in the Pew Project on Global Change; and has played a leading role in setting up a joint project between the University of the Western Cape and the Central American University in Managua, Nicaragua, on questions of negotiations and change in southern Africa and Central America.

To ensure that its findings reach as wide an audience as possible, CSAS publishes a series of working papers, *Southern African Perspectives*. Two other series are also published: *Background*, which comprises



resource materials on issues of regional security and post-apartheid economic relations in southern Africa, and *Chronology*, a quarterly summary of press reports on South Africa's growing economic interaction with Africa.

Since 1991 CSAS has housed the LOCAL GOVERNMENT AND PLANNING POLICY RESEARCH PROJECT, under the leadership of Mr Thozamile Botha.

LOGOPOP originated from a conference on local government and planning in Johannesburg in October 1990, which was the culmination of a series of regional workshops convened by the ANC, involving civics, trade unions and political organisations.

The conference initiated a research programme to explore various aspects of the creation of new forms of administration and

management of cities and rural areas, and the creation of democratic, non-racial state institutions.

Ten sub-projects were set up to conduct the research, and their work is co-ordinated by LOGOPOP.

The areas under investigation are: financing local authorities; local authorities; urban development and planning; regional government; administration and training; bulk services; local government structures; housing; local and regional structures; rural local government; and systems of representation.

There is also a comparative study on the experiences of other southern African countries, co-ordinated from Zimbabwe.

LOGOPOP is also involved in a continent-wide research project on grassroots organisations under the auspices of the Africa In Transition Trust.

ENQUIRIES

Ph. (021) 959-3040
Fax. (021) 959-3041
Private Bag X17, Bellville
7535, Cape Town,
South Africa

José Menstrudo*

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 1 DEZEMBRO 1992

Afirmção prévia, sem qualquer reserva mental: tenho o maior apreço intelectual por João Carlos Espada (JCE), cujos artigos leio sempre com prazer, quer pela matéria quer pela clareza do raciocínio quer pelo posicionamento humanístico que deles dimana, malgrado discordâncias avulsas no plano político.

Sinto-me, portanto, à vontade para me atrever a tecer algumas considerações relativamente à avaliação por ele feita sobre "a tragédia angolana" (PÚBLICO de 25/11/92), apesar de JCE confessar que suspendera o texto que iniciara, de condenação à UNITA, "até possuir informações seguras" — dissipadas, segundo o ilustre ensaísta, com o editorial de José Manuel Fernandes de 8 de Novembro neste jornal, que ele considera, como eu, "impressionante".

Não sei quais as "informações seguras" sobre as quais JCE agora sustenta o seu ataque ao MPLA e volta a respirar de alívio em relação à UNITA, mas suspeito que a sua honestidade intelectual terá sido traída pelo pecado venial da pressa.

Na verdade, basta ler as reportagens e os testemunhos pessoais que agora nos chegam de várias proveniências, nomeadamente os exaustivos trabalhos publicados ao longo dos dias no PÚBLICO, em "O Jornal", no "Expresso" e no "DN" — para só referir os principais e por serem assinados por camaradas meus acima de qualquer suspeita —, para se chegar à conclusão de que os homens de Savimbi estavam, de facto, em vias de concretizar um golpe de Estado, depois de, instalados em Luanda com armas e bagagens pela primeira vez em 16 anos, terem protelado o desenvolvimento do processo negocial, tendente à realização da segunda volta das eleições presidenciais.

Certo que "um massacre é sempre um massacre" e não me passa pela cabeça encontrar justificações para o contragolpe que empapou de sangue as ruas de Luanda — excesso que o Governo de Luanda já admitiu e de que se penitenciou. Mas, se "massacre é sempre um massacre", que dizer dos algozes que actuaram igualmente "no mais puro estilo estalinista", em Benguela, no Lobito, no Kuito (Bié) e noutras zonas dominadas pela UNITA? A única diferença é que em Luanda a televisão esteve presente e nos outros pontos não estava lá... (Como lembra Mário B. Rezendes, no seu editorial publicado no "DN" de 12 de Novembro, "a um certo nível, hoje só existe o que a televisão mostra".)

Aos olhos de todos só "existiu", portanto, apenas um massacre, que a

TV documentou com toda a crueza e horror, quando a verdade é que os ajustes de contas, os morticínios, as barbaridades inenarráveis, de que a querida terra angolana foi palco, se praticaram em variadas zonas, de acordo com a implantação dos diversos adversários-beligerantes... mas que a TV não teve possibilidade de reportar.

(Abro aqui um parêntesis para lembrar que, hoje em dia, a presença da TV é fundamental. Basta lembrar que a sr^a Thatcher [Malvinas], o sr. Reagan [Granada, Panamá], o sr. Bush [guerra do Golfo] e o sr. Shamir [depois da Intifada] proibiram terminantemente a presença das câmaras de televisão nas operações bélicas, com excepção, como é óbvio, do que lhes interessava mostrar. O massacre de Santa Cruz só existiu, porque um jornalista corajoso o filmou. E a opinião pública mundial só teve conhecimento dele quando as principais cadeias norte-americanas [em especial a CNN] lhe dedicaram dois insignificantes minutos. Timor é muito longe e só interessará se se confirmar que, no seu mar, o petróleo vale a pena...)

Por outro lado, discutir "a posteriori" o realismo ou o irrealismo dos acordos de Bicesse — na altura incensados por toda a gente — é, no mínimo, demasiado fácil.

Hoje, passar um atestado de menoridade diplomática política a todos os que nele tiveram participação activa (mediadores e beligerantes) é, no mínimo, irrelevante, dado que foi a partir de Bicesse que as armas, ainda que temporariamente, se calaram.

A paz (lembra-se?) era um imperativo inadiável, a partir do qual todos os cenários de reconciliação se poderiam desenhar. Nesses cenários, só uma ou duas vozes solitárias e não ouvidas lembraram com timidez os espantados que se poderiam er-

guer, nomeadamente a necessidade, por JCE agora apontada, de "impor de fora" o respeito pelas regras do jogo, na medida em que Angola "não estava preparada, psicológica e sociologicamente, para ter eleições". Quem se atreveu ou ousou dizer então que os angolanos não estavam em condições de se transformar em adversários políticos num duelo democrático? Seria certamente um insulto...

Agora, depois do "regresso à barbárie", tenho para mim que será pura demagogia especular sobre as lacunas (que existem) nos textos de Bicesse, sobretudo porque eles não foram rigorosamente respeitados. O que não me parece razoável, porém, é que neste momento se ataque o nosso Governo e, em especial, Durão Barroso, por terem guardado de Conrado o prudente si-

lêncio, abstendo-se de apontar culpados numa tragédia em que todos — todos! — se revelaram culpados. A mortandade generalizada era, evidentemente, do conhecimento de Barroso e a sua atenção mostrou ser tudo menos "cínica" e "pacóvia". Pelo contrário: o seu posicionamento, com a "intrigante convergência" do PS, diante do que estava a acontecer, foi uma prova cabal do tão apregoadado e poucas vezes praticado "sentido de Estado". Portugal não pode nem deve, pelas suas especiais responsabilidades e pelo seu envolvimento na busca da paz, sancionar ou atacar este ou aquele, como responsabilmente o compreendeu também o PS, alinhando com o Governo tão-só na condenação global dos estalinismos generalizados. (Repare-se, a propósito, no comportamento exemplar de Mário Soares enquanto Presidente da República, malgrado eventuais simpatias ou antipatias que pessoalmente possa ter pelo MPLA ou pela UNITA.)

Finalmente: se o MPLA teimasse em protelar as consultas eleitorais, não seria JCE a insistir, com toda a razão, na inflexibilidade, no totalitarismo, no apego ao poder do partido único, sem outra legitimidade que a força das armas e o domínio total do aparelho de Estado? E se a UNITA tivesse ganho? Não teríamos JCE na primeira linha dos que reconheceriam a legitimidade da consulta popular e a conferir a Savimbi o estatuto de democrata excelso?

Fico por aqui, com as minhas desculpas por esta intromissão num assunto que, afinal, me toca profundamente, porque foi em Angola que eu nasci e vivi mais de metade da minha vida. Não me reconheço, é certo, noutras partes do brilhante e vibrante artigo de JCE, mas esses são matéria, por assim dizer, exógena, relativamente à tragédia angolana e aos que a fomentaram. Tragédia que, por sinal, parecia extinta a partir dos abraços de Bicesse, mas cujo segundo acto não começou com os massacres pós-eleitorais e sim antes, lá mais longe, na Jamba, onde alguns dos principais colaboradores de Jonas Savimbi e suas famílias foram sacrificados barbaramente, como muitos outros, em holocausto ao "galo negro" e ao arbítrio neo-estalinista do "mais velho".

Prezado João Carlos Espada: creia que estas linhas, também manchadas por "uma furtiva lágrima", como aconteceu com o meu ilustre amigo J. M. Homem de Melo, foram imperativas para mim, na exacta medida em que, consigo, considero que "as coisas sérias se fazem com bom senso e com bons princípios". ■

* jornalista da RTP

Na rota do petróleo e dos diamantes

António Matos,
em Luanda

Um brasileiro da missão da ONU no Uíje foi morto e os restantes elementos foram ontem transportados para Luanda. Na cidade petrolífera do Soyo fizeram-se evacuações por mar e a Fina encerrou um poço. Uma escalada militar em que está em jogo o controlo dos acessos às bacias diamantíferas da Lunda e ao petróleo no Norte.

Os confrontos iniciados domingo na província do Uíje surpreenderam os observadores do processo de paz angolano e reinstalou-se o pessimismo nos meios político e diplomático de Luanda, quanto a uma solução pacífica da crise político-militar que rebentou em Angola depois das eleições.

A representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, Margaret Anstee, conversou ao telefone, ontem de manhã, com Jonas Savimbi, que atribuiu os incidentes a "um movimento descontrolado de tropas" e deu garantias de que "ordenaria a cessação das hostilidades" — apurou o PÚBLICO em Luanda.

Na sequência dos combates, morreu um cidadão brasileiro da missão das Nações Unidas na cidade do Uíje. Ao fim da manhã, Margaret Anstee obteve, por parte da UNITA, garantias de segurança para que fossem evacuados todos os elementos da ONU que se encontravam na província. Essa operação foi realizada por um C-130, que descolou do aeroporto de Luanda às 15h00.

Para os observadores, o clima de desconfiança entre as partes tende a comprometer qualquer acordo. Para um dos diplomatas da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), "acordos de princípio como o de Namibe [na passada quinta-feira] são reflexo de um equilíbrio militar e os esforços de paz assentam numa lógica de guerra".

Essa "lógica de guerra" é

aliás uma constante dos editoriais da imprensa oficial angolana. Ontem, na abertura do noticiário das 13h00, a Rádio Nacional de Angola falava em "espiral de violência" e insistia na ilegalização da UNITA. "Se um partido político pode ter o seu exército e tomar parcelas do país, que todos os outros se armem, tomem comunas e municípios", lia-se.

Portugueses evacuados no Soyo

A ocorrência dos confrontos na província do Uíje poderá — ainda na opinião dos observadores — ontem ouvidos pelo PÚBLICO em Luanda — precipitar os acontecimentos militares naquela zona do país. Recorde-se que a UNITA controla já as capitais das províncias limítrofes do Bengo (Caxito, a sudoeste) e Kuanza Norte (N'Dalatando, a sul), mantendo-se uma situação de coexistência tensa no Malanje (sueste).

Durante a manhã de ontem, a cidade petrolífera do Soyo (antiga Santo António do Zaire) era também palco de confrontos entre militares da UNITA e forças governamentais, cuja dimensão era desconhecida à hora em que era enviado este despacho.

Entre os estrangeiros que trabalham nas explorações petrolíferas, vivia-se uma grande tensão, que levou à evacuação de algumas pessoas para bordo de barcos fundeados ao largo da base petrolífera, entre eles 17 portugueses. [Em Lisboa, a Caterpillar que opera em Angola, manifestava ontem algum optimismo quanto evolução dos acontecimentos e os seus responsáveis mantinham ainda a expectativa do regresso à normalidade nos próximos dias. "Esta evacuação para bordo foi só uma medida de prevenção e, esperamos, temporária", referiu ao PÚBLICO um porta-voz da empresa.]

A base do Negaje

Em termos imediatos, a situação de guerra instalada na região compromete o acesso às áreas diamantíferas das Lundas — significativamente controladas pelas tropas da UNITA. Apesar de um intenso tráfico ilegal, a indústria diamantífera contribui com mais de cinco por cento para as receitas do país e o petróleo de Cabinda em 90 por cento. A dependência da economia do país em relação ao Norte

permite admitir, portanto, que o Governo não poderá suportar durante muito tempo esta situação, criada depois das eleições e agravada depois dos sangrentos confrontos de 31 de Outubro.

Na província de Malanje, a UNITA ocupara durante aqueles confrontos as instalações de Capandá, onde estava em construção uma barragem para o aproveitamento energético do médio Kuanza. Nesse complexo, para além de uma pista de aviação de grande operacionalidade, estavam montados um hospital modernamente equipado e dormitórios com capacidade para mais de 500 pessoas. As reservas alimentares existentes no local ao tempo do assalto da UNITA estavam avaliadas em cerca de 420 mil contos.

A acção militar da UNITA no Uíje ocorre depois de insistentes rumores que davam conta da reparação de uma pista de aviação pelo movimento de Jonas Savimbi, nas proximidades de Negaje. Embora Governo e UNITA descartem as responsabilidades pelo início dos confrontos (ver caixa), parece certo que as tropas de Savimbi, comandadas pelo general Abílio Numa (ver fotolegenda), prosseguem o assalto às duas cidades.

Segundo o general Higinio Carneiro, que falava aos jornalistas depois de uma reunião "do grupo operacional" das Forças Armadas Angolanas (FAA), os militares da UNITA atacaram o comando da Região Militar do Norte das FAA, no Uíje, e a base aérea do Negaje. Segundo o mesmo general, os combates prosseguiram durante o dia de ontem, com as forças pró-governamentais "a ripostarem às acções da UNITA". Higinio Carneiro negou que a capital da província tivesse já sido tomada pelo movimento de Jonas Savimbi.

O regresso dos confrontos acontece quando as Nações Unidas se preparam para renovar a sua missão em Angola (UNAVEM). O mandato da ONU expirou ontem e deverá ser prorrogado até 31 de Janeiro de 1993. Também iminente está a formação do novo Governo angolano. O verdadeiro problema é a participação da UNITA. Segundo fontes oficiais, o primeiro-ministro indigitado, Marcelino Moco, teria proposto ao movimento de Savimbi quatro ministérios e quatro governos provinciais. Mas a UNITA continua a pôr diversas condições para se sentar no Parlamento ou no Governo, designadamente a libertação dos seus militantes detidos em Luanda. ■

GOVERNO E UNITA apresentaram versões antagonicas para os confrontos do Uíje e do Negaje, cuja violência pode pôr em causa os acordos do Namibe, negociados sexta-feira passada na presença da troika de observadores (EUA, Rússia, e Portugal) e da representante da ONU, Margaret Anstee. O secretário para a Informação da UNITA, Jorge Valentim, deu duas razões justificativas para o ataque às posições governamentais: o envio de duzentos homens da policia anti-motim, que considera "uma violação dos acordos de paz"; e um alegado "genocídio" feito por forças do governo na cidade industrial do Dondo (Kuanza Norte), contra "tudo o que é UNITA: oficiais de alta patente, militantes, e o secretário local do partido".

Na versão do Governo, os confrontos no Dondo foram causados pela tentativa de entrada de soldados da UNITA, "frontalmente repelidos" pela policia. "Não sei se os responsáveis da UNITA estão ou não na cidade", disse uma fonte do ministério angolano da Defesa à Lusã. A UNITA, segundo a mesma fonte, "preparou-se muito bem para a tomada" do Uíje e do Negaje, e "assessores sul-africanos" estão a combater ao lado dos homens de Savimbi. A tomada do Negaje reveste-se de importância estratégica, notou o mesmo informador, chamando a atenção para o facto de ali se situar a segunda maior base aérea de Angola, construída por Portugal antes da independência, em 1975. Esta base serviria "normalmente, para as aeronaves com material da UNITA aterrarem a qualquer hora e em quaisquer circunstâncias". ■

PÚBLICO, QUARTA-FEIRA, 3 DEZEMBRO 1992
UNITA OCUPA UÍJE — A UNITA conquistou a estratégica cidade de Uíje, após violentos combates, confirmou ontem à noite, a Reuters, um dos monitores de paz da ONU à chegada a Luanda. "A UNITA controla o Uíje", disse, "pétrulas as ruas" e "volumosa o aeroporto. Na cidade do Negaje "há violentos combates", oporão a policia. Tropas governamentais e civis armadas nas milhas de Savimbi, mas desconhecem-se o desfecho da luta, acrescentou. O general Higinio Carneiro, do Exército governamental, armarças prouto antes o envio de reforços e meios aéreos para defender o Uíje. Outras fontes em Luanda indicam que, inversamente, a policia governamental mantém o controlo do Soyo.

PÚBLICO, QUARTA-FEIRA, 3 DEZEMBRO 1992
EUA APELAM À UNITA — Os EUA consideram que os mais recentes confrontos no Norte de Angola constituem uma "clara violação" dos acordos de paz e da Declaração do Namibe, afirmou o porta-voz do Departamento de Estado americano, Segundo Richard Roehner, os EUA apelaram a todas as partes, "e particularmente à UNITA, para que imediatamente coluque as suas forças sob controlo e cesse acções militares ofensivas". Citando fontes das Nações Unidas do Governo angolano, o porta-voz referiu-se aos combates no Uíje no dia 29 de Novembro como "o que parece ter sido um bem coordenado plano das forças da UNITA".

PÚBLICO, SÁBADO, 5 DEZEMBRO 1992
BOMBA DESACTIVADA EM LUANDA — Uma bomba reforçada com três blocos de TNT foi ontem desactivada no Aeroporto de Luanda, embora as instalações do novo terminal de voos domésticos e empresas "Angola Air Charter". Segundo a agência noticiosa angolana, ANCP, uma fonte militar indicou que o terreno do estorno programado para explodir às 12h30, houve de início de alguns trabalhos de desactivação de queques áreas.

Luanda sem água à espera de Governo

António Matos,
em Luanda

O novo Governo de Luanda marca passo. Espera a última palavra de José Eduardo dos Santos. É um Governo condenado a lutar contra a UNITA e contra a erosão da popularidade do MPLA. De Washington chegou a mais dura condenação à UNITA e um apelo de contenção ao Governo.

Sete horas por dia, em dias alternados, é todo o tempo de que se dispõe para recolher água nas torneiras de quase toda a cidade de Luanda. A situação não é nova, é apenas mais grave. Porque antes dos confrontos de 31 de Outubro, uma caravana de camiões-cisternas formava-se sistematicamente a caminho do Kifangondo, 20 quilómetros a norte, de onde partem as condutas de abastecimento à cidade. O risco de ataques da guerrilha da UNITA a partir do Cazito torna agora perigosa essa recolha, interrompida há três semanas.

Para muitos é o primeiro sinal das dificuldades por que vão passar — ainda mais — os angolanos se o conflito armado se generalizar no país. A água é agora um produto caro para a maioria dos luandenses, que pagam cinco mil kuanzas (um dólar) — mais de cinco por cento do salário mínimo — por 200 litros. Ou seja, 25 kuanzas por um litro de água (não potável), num país onde a gasolina custa 137. Nos hotéis, cada litro de água engarrafada, paga em dólares, já custa mais de 15 mil kuanzas.

Ao formar um Governo que terá de lidar com estas realidades ao mesmo tempo que, provavelmente, suportará os esmagadores custos de uma guerra, o MPLA corre o risco de ver esborrar-se a popularidade de que gozava em 30 de Setembro, data das eleições. Por muito que esse Governo apareça com a imagem de unidade nacional e à UNITA seja imputado o ónus da guerra.

[São escassas em Luanda as informações sobre novas operações armadas depois da ofensiva de fim-de-semana da UNITA em relação à qual se aguarda uma resposta governamental. Uma fonte do Governo disse à Luza que forças da UNITA des-

truíram o peiol das Forças Armadas de Angola no Cuito (ex-Silva Porto, na província do Bié), com o objectivo de preparar "a tomada da cidade"; e a rádio nacional acusou o movimento de Savimbi de estar a cometer atrocidades em Cafunfo, zona diamantífera da Lunda Norte que ocupa.]

O Governo, liderado pelo ovimbundo Marcolino Moco, deverá ser empossado ainda esta semana e inclui figuras do PRS, FNLA, PDL e PRD, partidos com assento parlamentar. Inicialmente, tinha-se colocado a hipótese de serem atribuídas à UNITA as pastas da Educação, Saúde e Assuntos Sociais, mas, ao que o PÚBLICO apurou, da lista que José Eduardo dos Santos tem em seu poder desde ontem não consta qualquer nome do partido de Jonas Savimbi.

Depois de, na sexta-feira, ter dado a Marcolino Moco 46 horas para apresentar a sua proposta de Governo, o Presidente da República parece fazer agora um compasso de espera, não tendo sido anunciada qualquer data para a tomada de posse do novo Executivo. O próprio Marcolino Moco dizia ontem que "só o Presidente da República sabe quando vai nomear o próximo Governo".

A este atraso — contrário à pressa que o MPLA revelava na formação das instituições saídas das eleições — não será alheia a recusa inicial de Lopo do Nascimento em assumir a pasta dos Negócios Estrangeiros e as divergências quanto ao nome de Tony da Costa Fernandes, dissidente da UNITA, para vice-ministro da mesma área. Outro dissidente do partido de Jonas Savimbi, Paulo Tchípilica, é dado como certo na pasta da Justiça.

Condenação vigorosa

A comunidade internacional vai, entretanto, multiplicando esforços para travar o conflito angolano. Terça-feira à noite a Administração norte-americana fez a mais firme condenação à UNITA (movimento que Washington financiou e armou durante uma década para tomar o poder em Angola), a propósito do ataque e ocupação recentes das cidades do Uíge e Negage.

Na declaração, lida em Luanda pelo secretário do escritório de representação dos Estados Unidos, Joseph Scriber, o Departamento de Estado responsabilizou o movimento de Savimbi pelos combates iniciados domingo

e foi mais longe: "[A UNITA] tem recorrido sistematicamente a operações militares, nos últimos dois meses, para ganhar terreno e desestabilizar o país".

Scriber disse ter "dificuldades em aceitar a explicação do Dr. Savimbi, segundo a qual a acção [no Uíge] foi da responsabilidade do chefe local". A Administração norte-americana apelou às duas partes, "e especialmente à UNITA", no sentido de respeitarem os acordos de paz assinados em Portugal no dia 31 de Maio de 1991.

O diplomata americano aconselhou ainda "o Governo do MPLA a aproveitar as oportunidades diplomáticas para a resolução do conflito, o que foi entendido pelos observadores como um apelo para que as forças governamentais não iniciem brevemente uma contra-ofensiva.

Nos próximos dias, apurou o PÚBLICO em Luanda, os observadores vão tentar promover um novo encontro entre delegações do Governo e do MPLA, para se definir o novo quadro de intervenção das Nações Unidas. O Conselho de Segurança decidiu, no início desta semana, que a missão da ONU continuará em Angola até 31 de Janeiro de 1993. *

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 3 DEZEMBRO 1993

BISPO DE MALANJE AFIRMA QUE ESCAPOU A ATENTADO

—O Bispo de Malanje, D. Eugénio Saleau, afirmou ontem ter sido alvo de um "atentado perpetrado por elementos da polícia nacional", do qual saiu ileso. O bispo afirmou à agência Luza que o atentado aconteceu durante os confrontos do princípio de Novembro em Malanje e que o motivo foi "ter dado guarida a militantes da UNITA, o que não corresponde à verdade". D. Eugénio Saleau contou que a sua residência foi alvejada no dia 1 de Novembro. "Não morri por acorte. (...) No dia seguinte fui preso e escotado para a esquadra, depois de vitoriosa a minha resistência".

DENÚNCIAS DE TORTURA EM ANGOLA — Norberto de Castro, director do jornal da UNITA "Terra Angolana", está a ser sujeito a interrogatório e tortura desde 24 de Novembro na Direcção Nacional de Investigação Criminal, em Luanda — denunciou ontem em Lisboa Joffre Justino, redactor do semanário. Norberto de Castro — acrescentou — sofre de corrupção. No seu noticiário da noite, a SIC indicou ontem que Carlos Morgado, secretário de saúde da UNITA e médico de Savimbi, se encontraria na mesma situação de Norberto de Castro.

PÚBLICO 3 DEZEMBRO 1993

Angola: ofensiva no fim-de-semana

A CONTRA-OFFENSIVA das forças governamentais contra as posições ocupadas nas últimas semanas pela UNITA (Cuito, NDalatando, Negage e Uíge) deverá ser desencadeada este fim-de-semana, logo após a tomada de posse do novo Governo, apurou o PÚBLICO em Luanda. Segundo fontes militares, o Governo obteve garantias de que a comunidade internacional e os observadores do processo de paz em Angola "fecharão os olhos" a essa acção militar, na qual serão utilizados sobretudo meios aéreos (ver pág. 23).

Em comunicado ontem emitido em Luanda, os representantes dos países observadores do processo de paz (Portugal, Rússia e Estados Unidos) condenam "a ocupação

FORMADO O NOVO GOVERNO ANGOLANO — A pasta de Cultura e três lugares de vice-ministro foram reservados à UNITA no novo Governo de Angola cujo lista foi divulgada ontem à noite em Luanda, mas serão certamente recusados. Depois de o primeiro-ministro indigitado, Marcolino Moco, ter entregue uma lista, ontem de manhã, ao Presidente José Eduardo dos Santos (ver página 19), este recusou alguns nomes, outros, como Lopo do Nascimento, apontado para os Negócios Estrangeiros, recusaram-se, mas a lista acabou por ficar completa antes do fim do dia ao contrário da ideia inicial. O novo chefe da diplomacia angolana será Venâncio de Moura. A Assembleia Nacional nem deverá reunir para aprovar o programa do novo Executivo. A tomada de posse acontecerá provavelmente hoje, numa pequena cerimónia. A recusa dos lugares oferecidos à UNITA parece mais do que certa. Em círculos diplomáticos da capital angolana pensa-se que, nas actuais circunstâncias, o movimento de Jonas Savimbi rejeitaria até pastas importantes, a "oferta" posta na mesa por José Eduardo dos Santos é, de todo em todo, inaceitável. O gabinete de Marcolino Moco inclui 21 ministros e cinco secretários de Estado. Além do MPLA, estão representados o Partido Renovador Democrático, o Fórum Democrático de Angola, a Frente Nacional de Libertação de Angola e o Partido de Aliança Juventude Operários e Camponeses de Angola. *

pela UNITA das cidades do Uíge e Negage" e consideram "imperativa a cessação de quaisquer outros movimentos ofensivos de que progressivamente vêm tomando conhecimento" — numa referência ao ataque ontem empreendido pelas tropas do movimento de Savimbi contra a capital do Kuanza Sul (Sumbe). Nesta cidade, segundo as últimas informações, as forças da UNITA teriam sido repelidas ao fim da tarde. De acordo ainda com as mesmas fontes, a ofensiva do Governo poderá não se circunscrever apenas às localidades dominadas pela UNITA a norte. Admite-se a hipótese de raids aéreos sobre o Huambo, onde a UNITA tem concentrado a sua direcção política. *

António Matos, em Luanda

Aval para contra-ofensiva

António Matos,
em Luanda

A UNITA tenta fechar o cerco a Luanda. O novo Governo, que hoje toma posse, tem o aval internacional para uma contra-ofensiva. Que pode acontecer já neste fim-de-semana. Mas o assunto do dia na capital angolana foi a manifestação dos desmobilizados, uma pedra no sapato para os governantes.

“Qual é a maka” [problema], pergunta o “ninja”, incomodado pela presença do estrangeiro. “Sou jornalista...” “Então é melhor seguir a marcha.”

O diálogo passa-se a meio da tarde de ontem, junto ao local onde ainda permaneciam algumas dezenas de desmobilizados da guerra civil angolana, que reclamam contra o atraso do pagamento dos subsídios. A manifestação começou de manhã e transformara-se numa batalha campal, que deixou na Avenida do II Congresso (do MPLA) um rasto de destruição. Pode ter sido um primeiro sinal da reacção violenta dos que parece terem perdido a paciência para esperar por melhores dias.

Pela manhã, algumas centenas de ex-combatentes (é difícil distinguir os que lutaram pela UNITA dos que defenderam o Governo, mas admite-se que estes sejam, na capital, a maioria) reuniram em frente ao Ministério da Defesa. A polícia anti-motim saiu dos quartéis e a manifestação dispersou-se em direcção à beira da cidade.

Pelo caminho, até à marginal, poucos foram os carros que não foram alvejados por pedras e tubos metálicos. Descarregavam a fúria os que se sentiam esquecidos: “Lutámos tantos anos... para quê? Para sermos esquecidos? Se não nos pagam isto vai dar maka”, dizia um homem de 27 anos, oito meses em combate. Não adiantou tentar saber de que lado: “O que é que isso interessa?”

Posse atribuída?

Não foi possível ouvir as razões do Governo: “Não está aqui a pessoa que lhe pode falar sobre isso”, respondia-se nos telefones dos ministérios de Defesa e da Educação, dois dos departamentos governamentais com maiores responsabilidades — nas áreas da formação e dos pagamentos — no GIAMDA, um gabinete inter-ministerial criado ainda no primeiro trimestre deste ano para solucionar a reintegração social dos desmobilizados.

Não há notícia de vítimas e os estragos materiais foram oficialmente calculados em nove milhões de kuanzas — cerca de 250 contos ao câmbio oficial, 2500 no paralelo. Valores insignificantes para a destruição que se testemunhou. Talvez um sinal da avaliação que a polícia faz dos acontecimentos, classificados como uma “insubordinação”.

Agora, os desmobilizados garantem que levarão os seus protestos até ao Fungo de Belas sede do Palácio Presidencial, onde o novo Governo tomará posse esta manhã. O que não sugera um cenário muito confortável para o próximo Governo, de maioria MPLA, tanto mais que está em curso a reintegração nas fileiras militares de muitos dos combatentes que tinham passado à reserva.

De acordo com alguns observadores em Luanda, o es-

vaziamento das FAPLA (as forças armadas do MPLA) e a incipiência das novas Forças Armadas Angolanas (FAA) são o principal problema com que se debaterá o Governo na contra-ofensiva aos avanços militares da UNITA.

UNITA ataca no Kuanza Sul

As forças de Jonas Savimbi parecem prosseguir o assalto às capitais de província e ontem as notícias publicadas em Luanda pela imprensa oficial davam conta de uma ofensiva contra o Sumbe (ex-Novo Redondo, Kuanza Sul). Esta acção militar da UNITA — que segundo a Rádio Nacional de Angola tomou posições na cidade, onde se registou intenso tiroteio durante todo o dia de ontem — ocorre depois das garantias dadas por Savimbi de que as suas tropas retirariam do Uíge e de Negage tão depressa lhe fosse possível fazer chegar as suas ordens aos chefes no terreno.

A confirmar-se o sucesso da investida contra esta cidade litoral, a UNITA passaria a controlar todas as províncias limítrofes de Luanda, que ficaria cercada. Para além de que tornaria insofismáveis os objectivos da organização de Savimbi, que parece cada vez mais impermeável às pressões internacionais. Note-se que, ontem, o porta-voz desta organização, Jorge Valentim, dizia em entrevista à Rádio Nova que “a direcção política decidiu retirar do Uíge e do Negage”, acrescentando: “Nós estamos prontos a tomar parte em todos os órgãos de soberania”.

Com a posse do novo Governo, hoje, fontes militares admitem em Luanda que ficam criadas as condições de legitimidade do poder político para iniciar a contra-ofensiva às posições ocupadas pela UNITA nos últimos semanas, que vão desde o Cazito

(Bengo), N'Dalatando (Kuanza Norte), Uíge e Negage (Uíge) até, provavelmente, ao Sumbe (Kuanza Sul).

É dada como certa a recusa da UNITA em aceitar os lugares postos à sua disposição (Ministério da Cultura, vice-Ministérios da Defesa, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, das Obras Públicas e Urbanismo e da Assistência e Reinserção Social, para além do vice-chefe de Estado Maior das Forças Armadas e do chefe de Estado Maior do Exército), apesar das palavras de Jorge Valentim. Este dirigente da UNITA argumenta não ter recebido a sua organização nenhum “convite oficial”.

Ficou confirmada a substituição de França “N'Dalu” pelo general João Matos na chefia do Estado Maior General das Forças Armadas, o que é interpretado nos círculos políticos de Luanda como a troca de um moderado, que esteve no processo negocial dos acordos de paz, por um operativo, que tem liderado as últimas acções das forças governamentais.

Os problemas que o executivo de Marcolino Moco irá enfrentar, passando pela gestão de um esforço de guerra, vão ainda mais longe. O desemprego na sociedade angolana cresce quase tão aceleradamente como a criminalidade e, nos mercados, o preço dos produtos, escassos, aumentam em flecha. A taxa de desemprego não é oficialmente publicada, mas nos três primeiros semestres aumentou dez por cento e a “candonga” ganha espaço nos passeios das cidades.

A moeda norte-americana valoriza-se todos os dias, e ontem trocava-se a 5400 kuanzas. Segundo os especialistas, se o Governo não tomar medidas cambiais, os problemas sociais tendem a agravar-se, pelo ódio que os que nada têm (quase todos) sentem por aqueles que dispõem das notas verdes. ■

Com meios aéreos

AS INFORMAÇÕES de natureza militar que de Angola têm chegado a Lisboa nos últimos três dias não são animadoras quanto a negociações de paz. O Governo de Luanda obteve, de facto, um aval político dos observadores internacionais para desencadear operações militares capazes de aniquilar a capacidade de intervenção da UNITA em cidades-chave do interior. Todos os indicadores estão apontados para a continuação da guerra e, na ideia dos observadores portugueses, não é a proximidade do

Natal que fará mudar a situação.

Em Luanda tem-se feito preparação para intervenção militar governamental com uso de meios aéreos que obriguem a UNITA a desalojar-se dos centros urbanos, particularmente no Norte, Negage e Uíge, com consequente neutralização da tentativa de cerco à capital. A grande preocupação entre os observadores militares está na probabilidade de as forças governamentais fazerem “uso excessivo” da capacidade aérea de ataque. O eufemístico

“uso excessivo” significa a eventualidade do acção de bombardeamento com material riscado da guerra convencional.

Metade do grupo de militares que estava destacado em Angola regressou a Lisboa, e a outra metade aguarda instruções. Se não for possível retomar a matriz dos acordos de paz de Bicesse, “deixa de ter sentido a prestação militar portuguesa no programa de formação do Exército único”, nos termos em que esse programa foi delineado. ■ C.C.

Ofensiva das FAA iminente em Angola

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

UMA operação militar de grande envergadura poderá ser desencadeada nos próximos dias pelas forças governamentais se a UNITA persistir em ocupar as capitais das províncias do Bengo, Ndalatando, Uíge e a base aérea de Negage, nesta província.

O Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, enviou, na quinta-feira, uma carta a Jonas Savimbi, dando-lhe um prazo de sete dias para responder às propostas de Luanda que estabelecem o prazo-limite de um mês para que a UNITA «retire militarmente de todas as cidades e localidades que ocupa, preencha os lugares no Parlamento e integre o novo Governo», ultimato feito na semana passada.

Depois da ocupação do Caxito, de N'Dalatando e de Uíge e da tentativa de tomada do Sumbe, capital do Kwanza Sul (boçada na quinta-feira), parece que a paciência governamental se esgotou definitivamente.

«Ganhámos as eleições, mas estamos a condescender de tal forma que qualquer dia ainda vamos pedir à UNITA que nos dê algumas pastas do Governo», afirmou ao EXPRESSO um dirigente do MPLA, que não se compadece com uma «certa moleza na tomada de medidas imediatas para pôr a UNITA no seu devido lugar».

Depois das suspeitas de envolvimento da África do Sul no conflito, Eduardo dos Santos

que tem sido pressionado de forma indirecta pela ala dura do regime — fez deslocar esta semana a Luanda o antigo ministro do Interior Alexandre Rodrigues «Quito», para pedir ao Presidente Robert Mugabe a convocação de uma conferência dos países da Linha da Frente. O Presidente angolano, que ontem empossou o novo Governo, pretende obter o apoio dos países da região para fazer frente a possíveis investidas de países terceiros.

A via do diálogo tem o apoio de sectores do Executivo de Luanda, mas há militares que preconizam uma terapia mais dura, por a UNITA ter ido «longe de mais».

Neste sentido, Luanda estará a preparar-se para neutralizar alegados planos da UNITA para conquistar todas as capitais de províncias do interior do país até ao dia 25 de Abril, data em que a organização de Savimbi celebra o seu aniversário.

Os planos das novas chefias militares do país, ontem empossadas, têm em vista sustentar presumíveis investidas militares da UNITA a partir da fronteira zairense, limítrofe das províncias Lunda Sul e Lunda Norte, onde estaria a tomar posições mais de 10 mil homens de Savimbi.

A paz parece estar assim cada vez mais distante dos angolanos, depois da revelação por fontes da UNAVEM da existência na província do Uíge — onde terão morrido desde o início dos confrontos, no princípio da semana, mais de 700 pessoas — de «um número substancial de guerrilheiros da UNITA, mercenários e outros assessores estrangeiros», ao longo da fronteira Nordeste de Angola com o Zaire.

Embora não o assuma publicamente, Luanda já começou a ripostar. No princípio da semana — após fazer os primeiros voos de reconhecimento em áreas do Norte de Angola controladas pelo movimento de Jonas Savimbi —, a aviação governamental flagelou a pista do Negage.

Se a dispersão da UNITA por todo o território lhe poderá retirar eficácia militar, a verdade, porém, é que em círculos governamentais subsistem reservas sobre a capacidade do regime de a neutralizar rapidamente.

«Temos uma aviação que pode intervir no Uíge, e já o fez, e no país inteiro, a espaços, mas depois poderemos ficar pendurados porque talvez não tenhamos infantaria para ocupar determinadas posições», disse ao EXPRESSO um general do Exército governamental.

Mas, de acordo com outro observador próximo do Governo, empreender uma estratégia de guerra corre o risco de ser «uma faca de dois gumes», pois a capacidade de mobilização de antigos incorporados poderá apresentar grandes dificuldades.

Na quinta-feira, em Luanda, centenas de desmobilizados destruíram viaturas e instalações públicas, por as instituições militares, segundo Simão Pedro, um ex-soldado, «não assumiram os seus compromissos perante os soldados que deram o cabedal e que agora vêem a nova burguesia militar passear em luxuosas viaturas, em direcção às suas quintas». «Podem-nos que voltamos guerra... que voltem os filhos deles», reatou revoltado.

A polícia de choque foi obrigada a intervir para travar a fúria dos desmobilizados. «Se o MPLA persistir em ignorar os que lutaram contra os sul-africanos e contra a UNITA poderá criar um conflito social de grandes dimensões», afirmou a propósito uma fonte militar.

EM VÉSPERAS DE OFENSIVA MILITAR

MPLA dá vídeo anti-Savimbi a países 'amigos'

O GOVERNO angolano está a distribuir em vários países uma cassetete vídeo com glados que pretendem provar que a UNITA queria tomar o poder pela força depois das eleições de 29 e 30 de Setembro. Em Portugal, a gravação foi entregue por Lopo do Nascimento a diversos membros do Governo e a dirigentes políticos e sindicais. O MPLA procura assim a caução dos países ocidentais para a ofensiva militar que deverá desencadear nos próximos dias contra as posições ocupadas pela UNITA.

Além de documentos apreendidos à UNITA após os combates de Luanda, a 31 de Outubro e 1 de Novembro, muitos dos quais já divulgados, o vídeo mostra um significativo discurso de Savimbi, na Jamba, em Luanda de Julho passado, onde o líder da oposição avisa os militantes do seu partido para não irem para Luanda. «Há imponderáveis. Não vamos evacuar da cidade aqueles que a direcção tiver decidido para lá».

Depois de avisar que, na cidade, não vai pretender saber onde estão os militantes — «só me interessa onde estão os comandos, para tomar a rádio...» —, Savimbi assegura: «Depois de ganharmos as eleições, vamos romper com os tipos, primeiro em Luanda. Temos comandos em Luanda que metem medo».

Savimbi passa então a expor um plano maquiavélico: depois de vencer nas urnas, a UNITA desencadearia um golpe contra o MPLA, ao mesmo tempo que o acusaria de estar a fazer um golpe contra o Governo eleito. «Eles vão fugir das casas», acusa o líder da UNITA aos

apoiantes, prometendo-lhes que poderiam ocupar as casas dos dirigentes do MPLA em fuga. Nas cassetetes distribuídas em Lisboa, o discurso, embora em português está legendado e é repetido em algumas das suas passagens.

O vídeo contém ainda três depoimentos sobre os acontecimentos de Luanda: de David Chambers, um cidadão inglês, administrador de uma multinacional, raptado por Salupeto Pena para servir de «escudo» aos dirigentes da UNITA em fuga; de Abel Chivukuvuku, responsável pelas relações exteriores do movimento de Savimbi, que conta a sua fuga com Chitunda; e do chefe da contra-espionagem da UNITA, general Wambo, que reconhece a veracidade dos documentos apreendidos (—



DAVID BERNARDINO, de 66 anos, um médico angolano de origem portuguesa, devia ter morrido a 20 de Outubro deste ano. Nessa noite, um pequeno grupo de homens armados foi esperá-lo à porta da sua residência, na cidade do Huambo. Bernardino, que era irmão do dirigente da PCP, José Bernardino, tinha por hábito jantar com uma família amiga, o engenheiro agrónomo Fernando Marcelino e a sua mulher, Miete. Os homens armados viram chegar o carro do agrónomo, aproximaram-se e começaram a disparar. Fernando Marcelino e uma sua irmã, Dilar, religiosa laica da diocese de Menongue, tiveram morte imediata; Miete morreu já no hospital. A única

sobrevivente, Zaida Dáskalos, professora primária e escritora de livros infantis, afirmou mais tarde que um dos homens trazia um distintivo com o galo negro, símbolo da UNITA.

David Bernardino não estava no carro. Nessa noite tinha ficado a trabalhar no hospital. Em entrevista ao PÚBLICO, dois dias depois, não hesitou um instante em responsabilizar o movimento de Jonas Savimbi pelo atentado. Na sua opinião, a UNITA teria pretendido silenciar algumas das vozes mais influentes no meio intelectual do Huambo e no mesmo tempo aterrorizar os angolanos brancos. Reafirmou que não tencionava abandonar o Huambo. Já o tinha feito uma vez, em 1975,

quando o movimento de Jonas Savimbi ocupou a cidade e começou a matar os militantes do MPLA. Bernardino era um dos homens mais odiados pela UNITA; poucas meses antes fundara o Movimento Democrático do Huambo, MDH, tentando conquistar para o MPLA o apoio da burguesia branca. Nas paredes do Huambo apareceram então grandes inscrições: "Angola à venda. Contactar David Bernardino". O médico refugiou-se num quartel da tropa portuguesa, foi evacuado para Luanda, mas regressou à sua cidade natal logo que o MPLA derrotou a UNITA, na primeira fase da guerra civil.

David Bernardino era um homem muito respeitado no

meio intelectual angolano. Via assim no Huambo e os amigos mais próximos recordam-no como uma pessoa serena e afável, que nos seus tempos livres cultivava roseira e ouvia música clássica. Actualmente dirigia o quinzenário "Jango", do qual se publicaram quatro números. No último editorial que escreveu voltou a acusar a UNITA pela morte da família Marcelino: "O crime foi directamente cometido, não nos restam quaisquer dúvidas, por especialistas da UNITA". E profetizou: "A vitória é dolorosa mas é necessária".

David Bernardino foi morto ontem de manhã, com cinco tiros disparados à queima roupa.

José Eduardo Aguiar

Eduardo dos Santos na posse do novo Governo angolano

Acabou o tempo da conciliação

António Matos,
em Luanda

Marcelino Moco e os seus ministros foram ontem empossados por Eduardo dos Santos. Os discursos e conversas que se seguiram não deixam dúvidas: a paciência perante as acções militares da UNITA chegou ao limite. Horas depois, a UNITA anunciava retirar do Uíge e do Negage.

Ao Futungo de Belas afluíram ontem em peso todos os embaixadores e encarregados de negócios acreditados em Luanda. O novo Governo de Angola, o primeiro saído de eleições multipartidárias, seria empossado com o beneplácito da Comunidade Internacional. Com a excepção da África do Sul, cuja missão diplomática abandonou ontem a capital angolana, alegadamente por razões de segurança.

O ambiente era de contenção entre as muitas centenas de pessoas que assistiam à festa. Deputados eleitos, antigos e actuais dirigentes do MPLA e representantes dos pequenos partidos, para além dos diplomatas e dos membros das Igrejas, compunham, no silêncio de uma longa espera, o salão nobre do palácio presidencial. Não foi propriamente bonito ver o grupo de 48 novos governantes — apenas faltaram os cinco que a UNITA não indicou — jurarem em coro "observar a Lei

Constitucional e cumprir as leis da República". Mas foi um alívio para toda a gente, visivelmente incomodada pelo calor.

Os aplausos, esses só soaram depois dos discursos. Primeiro, coube a Marcelino Moco desfiar um imenso rol de objectivos do seu Governo, num discurso enfadonho, mas absolutamente claro quanto à UNITA. Para o novo primeiro-ministro, a ocupação dos lugares para que foi convidada "é no sentido na medida em que esta organização se comprometer a assumir uma atitude cívica". Um cenário em que Moco não parece acreditar "[A UNITA] adoptou definitivamente a via da violência armada".

Milhares de voluntários

Mais expressivo seria o Presidente da República. Todo o seu discurso girou em torno de "uma guerra ruínosa e injusta" pela qual Eduardo dos Santos responsabiliza a UNITA: "[Nesta altura] pretende-se do Governo maior dinamismo para lidar com a nova situação de guerra".

Para Eduardo dos Santos, "ao escolher a via da guerra, a direcção da UNITA adopta simplesmente uma atitude suicida". Tese que sustenta no apoio popular de que diz dispor o MPLA e o Governo: "Neste momento há milhares de jovens voluntários que se apresentam às autoridades em todas as províncias do país para ajudarem a defender as aldeias, vilas e cidades. (...) Juntos e organizados, esses voluntários vão defender o nosso povo e a democracia".

O discurso do Presidente

da República não podia ser mais expressivo da disposição em que se encontram as forças armadas governamentais para iniciarem a ofensiva contra as posições ocupadas pela UNITA nas últimas semanas, consideraram observadores em Luanda.

Eduardo dos Santos registou particularmente a condenação dos Estados Unidos, tradicional aliado de Savimbi, à UNITA pela ocupação das cidades do Uíge e Negage. Deu a Savimbi "mais uma oportunidade" para mostrar "se está a favor da paz ou da guerra", fazendo regressar os seus homens às áreas de localização, admitindo o "desarmamento completo sob fiscalização internacional", reconhecendo a "derrota eleitoral sem qualquer ambiguidade" e aceitando eventualmente os lugares "que o MPLA pôs à sua disposição no Governo".

O presidente angolano não se mostrou disposto, contudo, a usar da contenção que os norte-americanos recomendam: "Em nenhuma parte do mundo se viu o infractor pretender negociar com a ordem instituída, usando para tal a chantagem militarista e a má fé". "A contenção, boa fé e disponibilidade para o diálogo que o Governo mantém começam a chegar perigosamente aos seus limites", advertiu.

Novidade deste Executivo é o Conselho de Defesa Nacional, uma espécie de gabinete de crise integrado pelo primeiro-ministro, o ministro da Defesa — que continua a ser o número dois do Governo, na pessoa do general "Padalé" —, ministro do Interior e ministro das Finanças. A composição do novo Governo — fora os 11 elementos de outros partidos

que era indispensável convidar — reflecte, na opinião de alguns observadores, o ascendente da chamada ala dura do MPLA.

Os "futunguistas", homens do gabinete de Eduardo dos Santos, caíram quase todos, salvando-se apenas José Maria, que passa de secretário do Conselho de Ministros para as funções de articulação entre o Governo e o Presidente da República. Tem estatuto de ministro junto da Presidência da República e as funções oficiais de chefe de gabinete do Presidente. Diz-se nos bastidores que, na prática, será ele o primeiro-ministro.

Já depois do brinde com champanhe francês, junto à piscina, o tom das conversas era ainda o mesmo — a ofensiva militar. Particularmente saudado pela sua posse como chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA) era João Matos, de quem muito parece esperar-se. Questionado sobre a inevitabilidade da guerra, este general de 37 anos não hesita: "Então não ouviu as palavras do Presidente? Não pode ser de outra maneira".

Efeito ou não da firmeza de Eduardo dos Santos, o porta-voz da UNITA, Jorge Valentim surgiria pouco depois a garantir que as cidades do Uíge e do Negage estavam a ser evacuadas, convidando as Nações Unidas para comprovar o facto "in loco". O comandante das forças da ONU, general Unima, acompanhado pelo general Chilingutilla, da UNITA, partiram ontem à tarde para o Uíge. Um ténue raio de esperança a atenuar o clima de pessimismo generalizado em que Angola mergulhara nos últimos dias.

Guerra adiada em Angola

António Matos,
em Luanda

A UNITA iniciou a retirada do Uíge e do Negage. Uma cartada de Savimbi que adiou a guerra em Angola. Mas para o Governo isso não é suficiente: há ainda o Caxito, N'Dalatando e meia centena de municípios. E a desmilitarização da UNITA terá que ir até ao fim.



Savimbi à procura da reabilitação na comunidade internacional.

A UNITA iniciou na sexta-feira a retirada das suas tropas das cidades do Uíge e Negage, que ocupara há oito dias, confirmaram ontem fontes da UNAVEM II em Luanda (missão das Nações Unidas em Angola).

Uma comissão conjunta da UNAVEM II e da UNITA deslocou-se anteontem às duas cidades para formalizar o início da retirada, não havendo ainda informações sobre o rumo que tomaram as tropas de Savimbi e quantos efectivos se mantinham ainda naquelas cidades do Norte do país.

Ao fim da tarde de ontem, ainda não havia uma comunicação oficial da UNAVEM II sobre o assunto e nos noticiários da Rádio Nacional de Angola falava-se em "manobra de diversão da UNITA". Porém, o relatório preliminar dos oficiais da

UNAVEM II apontava para a retirada efectiva das forças militares.

Esta atitude da UNITA, exigida nomeadamente pela administração norte-americana, contribuiu para dissipar os fortes ventos de guerra que sopravam em Angola. Até ao fim da semana que hoje começa, Jonas Savimbi terá ainda de responder ao convite feito pelo primeiro-ministro Marcelino Moco para que algumas figuras da UNITA integrem o novo Governo, o que pressupõe o cumprimento de condições deixadas muito claras pelo Presidente José Eduardo dos Santos no discurso pronunciado sexta-feira. O que permite pensar que, apesar do desanvolvimento, ainda não foi encontrada a saída para a crise político-militar.

Para os observadores, esta retirada da UNITA poderá cor-

responder a uma estratégia de reabilitação da imagem de Jonas Savimbi na comunidade internacional. Ao abandonar posições militarmente tão importantes, nomeadamente a base aérea do Negage, este movimento dá um sinal de abertura. Mas o novo Governo poderá vir a não considerar suficiente esta retirada, a avaliar pelas palavras de José Eduardo dos Santos: "A nossa satisfação foi grande quando ouvimos a declaração [dos Estados Unidos de que a UNITA violara os acordos no Uíge e no Negage]. Mas não foi só aqui que o senhor Savimbi violou. Ele é o culpado de toda a instabilidade militar reinante no país". Recorde-se que as tropas de Savimbi ocupam ainda as capitais das províncias do Bengo (Caxito) e do Kuanza Norte (N'Dalatando), para além de "mais de meia centena

de municípios", acusou o Presidente da República ainda na tomada de posse do novo Governo. Ao ter avançado militarmente no terreno, a UNITA permitiu que a faísca para uma solução de paz fosse colocada cada vez mais alta e o Governo parece agora disposto a levar a desmilitarização da organização de Savimbi até ao fim.

Mais uma oportunidade

Nesse sentido apontava um dos mais importantes recados passados por Eduardo dos Santos no seu último discurso: "A solução justa para a situação de guerra criada

pela UNITA passa pelo regresso dos seus militares às áreas de localização e pelo seu desarmamento completo sob fiscalização internacional". Para o Presidente da República, "a UNITA tem assim mais uma oportunidade" para mostrar de que lado é que está: "Da paz ou da guerra."

Depois de abandonar duas das posições que conquistara a Norte, a UNITA piscou o olho à comunidade internacional e prepara-se para capitalizar a sua atitude como um gesto de boa vontade. É certo que Jonas Savimbi o fez porque percebeu que a corda estava a rebentar e, desta vez, pouco ou nenhuns seriam os que levantariam a voz contra uma ofensiva militar do Governo. E a UNITA volta a ganhar tempo, porque os observadores voltam agora a esperar pela boa vontade do Governo. ■

O preço de uma coerência

REALIZOU-SE ontem, no Huambo, o funeral do médico David Bernardino, assassinado na sexta-feira à queima-roupa por um "comando" de três homens. Os mesmos, provavelmente, que dois meses antes lhe tinham tocado à porta de casa para o ajuste de contas da UNITA, que o perseguiu desde a primeira ocupação da cidade, em 1975. Em 74, chegou a estar preso por soldados de Savimbi, fugindo depois para Luanda num avião português. David Bernardino era no entanto um homem de convicções (era MPLA mas não do MPLA) e absolutamente dedicado aos seus doentes, a causa da sua vida. Uma causa que abraçava desde o tempo colonial quando, desterrado na Lunda Norte, exercendo medicina na Diamang, começou a ser conhecido no país como um verdadeiro "Albert Schweitzer angolano".

Levantava-se todos os dias às 06h00 para tratar da horta. Mas às 06h30 já ele estava a atender, gratuitamente, os doentes que o procuravam em casa e, depois, até ao fim do dia num bairro popular do Huambo, Caci-

lhas. Construíra aí o seu "jango", casa grande coberta de capim, que transformara em centro de saúde para os milhares de desalojados do planalto central. Dispunha de uma autêntica "farmácia" ambulante fornecida de doações que promovia regularmente para dar os medicamentos que receitava.

Por isso, a sua teimosia: era no Huambo, sua terra natal, para onde queria sempre voltar, arrostando os conselhos dos amigos e as ameaças de quem o queria morto. Assim aconteceu em Fevereiro de 75: ele foi o primeiro a regressar, após a desocupação militar da UNITA. Foi assim agora, após o assassinio, em Outubro, da família Fernando Marcelino, com quem mais privava.

Afinal, já o sabiam os seus amigos: a vida, para homens como David Bernardino, só merece ser vivida como se escolheu e gosta de viver. Desgraçadamente, Angola, estas duas Angolas etnicamente inimigas, é um daqueles lugares do mundo onde o preço da coerência se paga em geral com a morte. ■

José Mário Costa



David Bernardino, a morte aos 60 anos

Combates no centro de Angola

A SITUAÇÃO acalmou ontem de manhã na cidade do Kuito, a antiga Silva Porto, capital da província angolana do Bié, no centro do país, depois de uma noite de violentos confrontos que provocaram uma dezena de mortos e cerca de 80 feridos.

O porta-voz do gabinete de imprensa do Governo provincial disse à agência Lusa que "a situação só se acalmou com o aproximar do dia", depois de ao longo da noite se terem verificado ataques com morteiros de 81 milímetros ao Palácio do Governo e à sede da "polícia de emergência", mais conhecida por "ninjas".

A mesma fonte adiantou que as diversas tentativas de diálogo entre a parte governamental e a UNITA foram infrutíferas, "devido à grande agitação de todo o pessoal".

Tudo terá começado quando uma viatura da polícia estacionada perto da residência do delegado local do partido de Jonas Savimbi, Jerónimo Ngongo, foi atacada pela guarda pessoal daquele político.

O rebentamento de uma granada, que danificou seriamente a viatura, foi o rastilho que desencadeou numerosos actos de violência, de que terão resultado uma dezena de mortes e um número indeterminado de feridos graves.

A parte governamental teve, no entanto, o cuidado de assinalar que os incidentes no Kuito não resultaram de nenhuma estratégia ofensiva da UNITA, mas sim da acção isolada de alguns elementos com os nervos "mais fragilizados" pela extrema tensão que desde há meses se vive em Angola.

ONU intervém

Representantes das Nações Unidas efectuaram ontem contactos urgentes com o grupo de Savimbi, a fim de tentarem acabar com o alastrar da violência a outras zonas do vasto país.

A Rádio Nacional de Angola disse que a ONU estava a tentar resolver a crise, enquanto por seu turno a "Voz do Galo Negro", emissora da UNITA, afirmou que o Governo recorreu na última semana a fragatas e a artilharia pesada para embates verificados em Sumbe (antiga Novo Redondo), Porto Amboim e Gabela, localidades que ficam entre Luanda e Benguela.

Houve centenas de mortos, incluindo pessoas queimadas pela multidão na cidade de Sumbe, capital do Kuanza Sul — disse a rádio da UNITA, citada pela agência

Reuter e em referência aparente a incidentes que teriam ocorrido há quatro dias.

De acordo com aquela agência britânica, o partido de Jonas Savimbi, derrotado nas eleições legislativas de 29 e 30 de Setembro, ocupou mais de 75 por cento do território angolano e está a cortar as principais vias de acesso a Luanda e a outras cidades importantes.

A situação política e militar na capital da província do Huambo, a cidade que no tempo colonial se chamou Nova Lisboa, está a causar muita preocupação ao Governo central, sem informações precisas sobre o que lá se passa.

Os próprios habitantes do Huambo, no Planalto Central de Angola, sentem dificuldades em compreender o que vai pelo resto do país, pois devido à falta de combustível para os geradores as emissões de televisão não são vistas há mais de um mês e há sérias dificuldades para se conseguir sintonizar a Rádio Nacional.

Retirada do Uíje

A representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola, a

inglesa Margaret Anstee, confirmou ontem que as cidades do Uíje e Negaje, ocupadas na segunda-feira pela UNITA, no Norte do país, já não se encontram nessa situação.

A ONU reconheceu que, pelo menos no Norte, as forças de Savimbi estão a encetar o regresso às suas zonas de acantonamento. Mas ainda não há confirmação de que os governamentais tenham conseguido reassumir o total controlo da capital da província do Uíje e da base aérea do Negaje.

Segundo notícias não confirmadas mencionadas pela Reuter, a base do Negaje, a mais importante do Norte de Angola, teria ficado destruída durante os combates dos últimos dias, que aparentemente causaram centenas de vítimas.

A direcção do MPLA disse ontem num comunicado que considera a defesa da soberania nacional a sua principal prioridade. E condenou uma série de assassinios que, segundo ela, a UNITA terá vindo a cometer no Huambo, incluindo o do médico David Bernardino — director do quinzenário "Jango" — e o da religiosa portuguesa Maria de Lurdes Aguiar. ■

Público 05 de Dezembro de 1992

Pinto de Andrade prémio Pax Christi

O MOVIMENTO católico internacional pela paz, Pax Christi, decidiu atribuir o seu prémio anual de 1992 a Joaquim Pinto de Andrade, líder da Associação Cívica Angolana (ACA). A decisão foi tomada pelo Comité Director da Pax Christi, confirmando a proposta da Secção Portuguesa do movimento, e a cerimónia de entrega do galardão decorrerá dia 20 de Dezembro, no Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa.

Apesar de empenhado na vida política do seu país, Pinto de Andrade está "suficientemente distante do poder" para que a sua escolha não seja conotada partidariamente. A "coerência de ideais, a coragem moral e a firmeza de carácter" do líder da ACA são as razões invocadas para o distinguir. Desde 1988, a Pax Christi escolhe anualmente um tema ou uma região do mundo e encarrega uma das secções nacionais do movimento de escolher a pessoa ou instituição a distinguir.

Nascido em Julho de 1926, com formação nas áreas da teologia (foi sacerdote católico), filosofia e direito, Joaquim Pinto de Andrade foi um dos fundadores do MPLA. Foi preso pela polícia política portuguesa, antes do 25 de Abril, por seis vezes. Desencantado com o marxismo-leninismo, abandonou o MPLA, liderou o movimento "Revolta Activa" e, já na fase de decompressão da vida política angolana, antes dos acordos de paz de Bicesse, fundou a ACA. Passou ainda pelo PRD angolano, que também abandonou, por divergências com a sua orientação. Liderou a preparação do Congresso Nacional de Leigos da Igreja daquele país, que decorreu em Junho último. ■

António Marujo

“Já é altura de Portugal participar no processo político guineense”

Jorge Heitor

Rafael Paula Gomes de Barbosa é uma figura mítica do nacionalismo africano. Em entrevista ao PÚBLICO, o primeiro presidente do PAIGC faz uma viagem pela sua vida e do seu país e acusa “Nino” Vieira de ter tido um comportamento “criminoso” na governação da Guiné-Bissau. Para ele, chegou a altura de Portugal participar no processo político do seu país.

Nascido em 17 de Março de 1927 no “chão papel”, a 37 quilómetros da cidade de Bissau, Rafael Barbosa é um dos líderes carismáticos do povo guineense e um dos homens que actualmente pretendem disputar a João Bernardo Vieira a Presidência do país, por entenderem que a mesma não está a ser exercida da melhor maneira possível. Julga mesmo que a administração do PAIGC e as de outros regimes do continente têm dado razão aos europeus que há 30 anos diziam que os africanos eram incapazes de se governarem a si próprios, ou que ainda não estavam preparados para tal.

Na sua primeira viagem à Europa, a convite da Internacional Socialista, esteve durante as últimas semanas na Alemanha, na França e em Portugal. Em Lisboa, falou nos da sua longa carreira política, iniciada aos 17 anos, quando o mundo ainda vivia a Segunda Guerra Mundial e a juventude da África se começava a revoltar contra os sistemas coloniais de administração.

Filho de Domingos Barbosa, que em 1914 pegara em armas contra Teixeira Pinto, um dos “pacíficos” da Guiné então dita portuguesa. Rafael seguiu-lhe as pisadas e logo na adolescência começou a conviver com homens como Benjamim Correia, José Ferreira de Lacerda e César Mário Fernandes, que em Bissau sonhavam com um futuro diferente, onde

os negros fossem autónomos e não mais os súbditos menores de um vasto império colonial.

As fronteiras do tribalismo

Rafael Barbosa, hoje líder da Frente Democrática Social (FDS), reconhece que o PAIGC viria a acabar com “as fronteiras do tribalismo” e a conseguir a unidade nacional ainda não existente nos anos 40, quando chegou a ser militante de um ramo local do Partido Comunista Português e passou depois (1948/49) por um efêmero Partido Socialista Guineense, que “queria copiar a Constituição brasileira”.

Aos 14 anos começou a trabalhar na construção civil, como servente de pedreiro, passando mais tarde a topógrafo e a mestre de obras, enquanto ia conhecendo uma série de outras figuras com ideais autonomistas: Amílcar e Luís Cabral, Aristides Pereira, Fernando Fortes, Inácio Semedo e Elysee Turpin, entre outros.

Quando no dia 19 de Setembro de 1956 se fez uma reunião para criar aquele que viria a ser o PAIGC, Barbosa ficou à porta, do lado de fora, para garantir a segurança do grupo. E de fora viria a ficar muito mais tarde, durante longos anos, depois de em determinada altura ter chegado a ser presidente do Comité Central daquele partido, de que Amílcar Cabral era secretário-geral.

Durante a entrevista ao PÚBLICO, insistiu em contar com todos os pormenores o período de camaradagem com Alfredo Menezes, Paulo Lomba, Inácio de Carvalho e todos os outros elementos de língua oficial portuguesa que no fim dos anos 50 e início dos 60 foram ganhando admiração por figuras como Kwame Nkrumah e Patrice Lumumba.

“Eu sou um dos responsáveis da questão do Pindjiguiti” — recorda, a propósito do movimento grevista que em 9 de Agosto de 1959 foi abafado em sangue num dos cas de Bissau e que levou os nacionalistas a encaminharem-se para a solução da luta armada, como melhor forma de se acabar com o regime colonial. “Quem organizou a greve foi o António Nola, que trabalhou na construção mas era um bom marinheiro”.

Longos anos de cadeia

Rafael Barbosa, que já aos 17 anos passara 45 dias na cadeia, voltou a ser preso a 13 de Março de 1962 e manteve-se na prisão até Agosto de 1969. Só de lá saiu por decisão do então Go-

vernador da Guiné, general António de Spínola.

Foram 93 os presos então libertados e Barbosa foi nessa altura levado a fazer um discurso de agradecimento que terminava com um “Viva Portugal”, o que viria a ser muito mal interpretado pela direcção do PAIGC. Mas diz que escamoteou 51 desses antigos presos para a “luta de libertação”.

Esse é um período bastante controverso da vida de Rafael Barbosa, em que fez um reservatório de água subterrâneo e foi suspeito de colaboração com essa polícia política portuguesa, o que claramente desmente: “Fiz um trabalho bastante bom, que até agora funciona bem, e deviam-me uma pequena gratificação. Não tinha emprego”.

Em Dezembro de 1973 voltou a ser preso, com a mulher e três filhos, “devido a um rebentamento na cidade”, mas foi libertado em Março de 1974, sob a condição de se apresentar regularmente à PIDE/DGS e de “ver se conseguia localizar os bombistas”: “Ofereceram-me dinheiro, que recusei”.

O 25 de Abril apanhou-o em Cundara, mas diz que “já estava à espera do golpe, pois era amigo de Otelo”. E nos meses seguintes teve de responder a um inquérito sobre as acusações de convivência com o regime colonial, processo esse que viria a culminar com a sua condenação à morte, com a pena comutada. Situação essa que se repetiria alguns anos depois, quando foi considerado cúmplice de uma intencionalidade contra o Presidente Luís Cabral, dirigida por Malam Sanhá.

Antes e depois da independência

“O PAIGC fez uma luta brilhante, mas depois a sua administração foi um desastre. Tudo está estragado, não se aproveita nada” — resume agora aquele cujo nome de guerra era “Zam Lopes” e que afirma que os cabelos lhe embranqueceram na prisão.

“Lamento muito o desaparecimento de Amílcar Cabral, que complicou a nossa vida na Guiné. O PAIGC é o único que deve explicar à opinião pública a morte de Amílcar. Eu julgo que os russos já não estavam a gostar dele, porque não era comunista. E se houve intervenção de Portugal fizeram mal, porque ele admirava muito o povo português. Julgo que o general Spínola queria o Amílcar Cabral vivo. Havia um grupo de guineenses e de cabo-verdianos que não via o Amílcar com bons olhos. Os cabo-verdianos deviam dar um aplauso ao Amílcar Cabral. O PAIGC conseguiu libertar Cabo Verde sem o disparo de um único tiro” — disse-nos Rafael Barbosa, acerca do controvelo assassinio verificado em Conakry no início de 1973.

“Aristides Pereira é um dos responsáveis. Sendo um bom técnico de rádio, não compreendo como é que ele deixou passar a troca de mensagens entre a PIDE e o grupo de revoltosos sem Conakry. É um técnico capaz e esteve como secretário da contra-inteligência. São falhas que acontecem...” — acrescentou, reavivando sobre o antigo Presidente de Cabo Verde suspeitas de negligência já o ano passado levantadas por Luís Cabral, numa entrevista ao PÚBLICO.

“A situação piorou depois do 14 de Novembro de 1980. Apoiou o golpe de estado de ‘Nino’ Vieira, convencido de que ele ia fazer coisas melhores do que o Luís Cabral... O Governo não quer agora deixar o poder. Não confio no general (‘Nino’). Não é uma pessoa honesta. Podia sair com todas as honras, pois não é capaz de dirigir a nação.” — afirmou Barbosa, que entretanto reconheceu as dificuldades da FDS em obter uma boa percentagem eleitoral. Até porque são uma boa dezena as formações políticas actualmente existentes na Guiné-Bissau, país que tem apenas um milhão de habitantes.

“É preciso que a oposição consiga um candidato único à Presidência, frente a ‘Nino’ Vieira. Há jovens, tipos honestos, bons trabalhadores, que são capazes de fazer qualquer coisa pelo país: Mamá Rambaut Barcelos, Djan Cuba, Agnelo Regala. E não é de abandonar também o Vitor Saú-de Maria, com uma certa experiência” — declarou o decano dos políticos guineenses, que admite desistir da sua própria candidatura se houver uma hipótese melhor, unitária, para “derrotar o PAIGC”.

“A minha vontade, já com idade avançada e doente, mesmo que fique em cadeira de rodas, é ver uma multidão de jovens atrás de mim” — continuou Rafael Barbosa, segundo o qual “não se pode construir um país democraticamente livre sem a base económica” e este seria o ponto mais fraco da presente administração: “Milhares de pessoas estão a sofrer com o crime económico do responsável principal. A inflação está acima de 100. Não vale a pena contar mais com o PAIGC; e no entanto aproveitam-se muitos quadros desse partido”.

No seu entender, “já é altura da participação de Portugal, a convite do Governo ou do conjunto dos partidos guineenses. Portugal tem uma certa experiência africana e poderia ajudar a organizar as eleições na Guiné-Bissau. Melhor do que os Estados Unidos, que têm pouca experiência no continente africano”.

Ajuste de contas em Cabo Verde

José Pedro Castanheira enviado à cidade da PRAIA

A GESTÃO de 15 anos do PAICV, à frente de Cabo Verde, está a ser passada a pente fino pelo Governo do MDP. O Executivo do primeiro ministro Carlos Veiga parece ter escolhido, como principal alvo, o anterior primeiro-ministro, Pedro Pires, que foi ouvido em tribunal, na quarta-feira, no âmbito de um processo aberto pelo Ministério Público sobre alegados desvios de dinheiros.

O secretário-geral do PAICV é apontado como o principal responsável pela operação de financiamento do extinto jornal «África». Em causa estão cerca de 32 mil contos do erário público. Pedro Pires disse ao EXPRESSO que o financiamento se destinou «à reconversão do jornal», cujo lançamento fora decidido em reunião dos governos dos «cinco». Carlos Veiga, considera que o processo «contém indícios de violação da legislação financeira e cambial».

«Se for preso, será um prisioneiro incómodo», foi o aviso de Pires, que acrescentou: «Mas se vier a ser liberto, isso tam-

bém não deixará de incomodar o Governo».

Mas a guerra dos «ajustes de contas» não acaba aqui. Um dos casos é o assassinio de Renato Cardoso, há três anos. Espécie de delfim de Pedro Pires, mas cotado como o líder da ala liberal do próprio PAICV, o então secretário de Estado foi morto com um tiro no peito. As investigações falharam e o réu, um cadastrado da Cidade da Praia, foi liberto.

Muito mais sério, em termos políticos, é o caso das torturas alegadamente feitas pela polícia política do PAICV. A denúncia partiu do presidente da Câmara do Mindelo, Onésimo Silveira, que no ano passado publicou um livro intitulado *A tortura em nome do partido único*.

Com base naqueles documentos, o Ministério Público abriu no mês passado um inquérito, mas o autor do livro não deixou de salientar: «Espero que sejam chamados a prestar depoimento não só os torturadores afectos ao PAICV como também os que hoje militam no MDP».

O caso mais recente foi o encerramento do trisemanário estatal «Voz do Povo», principal e, durante anos, único jornal das ilhas.

Signo da abstenção marca autárquicas

O FANTASMA da abstenção, que marcou as duas semanas da campanha, paira sobre as eleições autárquicas que hoje se efectuam em São Tomé e Príncipe e que completam o quadro de democratização iniciado com as legislativas de 20 de Janeiro do ano passado, ganhas pelo Partido da Convergência Democrática (PCD).

Sem apoteose, as cinco listas concorrentes cessaram à meia-noite de sexta-feira as suas acções de mobilização e propaganda do mesmo modo como as tinham iniciado: sem brilho e sem glória. As caravanas nunca chegaram a engrossar e quem tomou de assalto as camionetas que percorreram os distritos — ao som das canções mais em voga — foram crianças e adolescentes sem idade para votar, mas desejosos de quebrar a monotonia de seu dia-a-dia, num pequeno país africano que se situa sobre a linha do Equador.

Os tempos de antena na rádio e na televisão ofereceram ao PCD e ao MLS-TP/PSD, principal partido da oposição (depois de 15 anos e meio no Governo), a oportunidade de disputarem o palmarés da falta de imaginação. Propostas concretas houve poucas e, quando as houve, em muito pouco diferiram. Na identificação dos problemas e na indicação de possíveis caminhos para os resolver, todos estiveram de acordo, mas deliberada ou involuntariamente todos falharam na abordagem do que está em jogo, sugerindo implícita ou explicitamente ao eleitorado que o importante hoje não é escolher os órgãos do Poder Local; mas sim confirmar ou afastar o Governo de Norberto Costa Alegre, constituído em Maio último.

Acção Democrática Independente

A novidade desta campanha foi o surgimento da Acção Democrática Independente (ADI), anteprojecto de um partido de apoio ao Presidente Miguel Trovoada, antigo dissidente do MLSTP que o ano passado foi eleito com apoio do PCD mas que pouco depois se distanciou deste.

Tímida e pouco convincente nos tempos de antena, a ADI — que só concorre em quatro dos sete distritos — terá protagonizado uma das apostas mais arriscadas da campanha, ao investir em alguns dos potenciais líderes do futuro partido. A realçar o peso desta aposta esteve a

discrção das outras formações. O PCD e o MLSTP (os únicos presentes em todo o território) empurraram para a ribalta das autárquicas figuras de segunda linha, sem carisma e sem projecção, nuns casos para preservarem nomes de proa e noutros para se preservarem do desgaste que alguns destes nomes já sofreram.

Quanto ao Partido Democrático de São Tomé e Príncipe/Coligação Democrática de Oposição (Codo) e à Frente Democrata Cristã estiveram à altura das suas parcas ambições e meios, marcando uma presença apagada.

A confirmar-se a tendência para a abstenção, poderíamos ter o MLSTP/PSD como principal beneficiador. Mas se isto não acontecer os analistas deverão rever-se segundo a qual o partido do antigo regime é o único com eleitorado fixo: Carlos Graça, o respectivo secretário-geral, deverá interrogar-se seriamente sobre o que vai mal na formação que dirige.

Mergulho no escuro

Sobretudo para o PCD e para a ADI, é um mergulho no escuro. Na vitória das legislativas foi fundamental a convergência de todos os descontentes com o anterior regime, que era liderado por Manuel Pinto da Costa, desde então em exílio voluntário. E agora a insatisfação de muitos cidadãos com o que entretanto se tem passado tende a penalizar em primeiro lugar o partido do Governo. Mas poderá vir a revelar-se errada a ideia de que a ADI capitaliza automaticamente a insatisfação, aglutinando com facilidade os votos que levaram Miguel Trovoada ao Palácio do Povo. Quantos santomeneses votaram Trovoada para reforçar a derrota do MLSTP ou embaldados pelo desejo de aprofundar o sentido da mudança?

Na sexta-feira, uma pequena manifestação para exigir do Governo compensações pelos porcos vitimados pela peste suína africana não teve consequências significativas, num país que conta apenas com cerca de 115.000 habitantes na ilha de São Tomé e com uns escassos 6000 na do Príncipe. Aparentemente orientada por um partido da oposição, não convenceu o executivo, que só se compromete a indicar os criadores pelos porcos abatidos no âmbito do programa de combate à peste.

Conceição Lima, em São Tomé

Moçambique também quer ONU

O PROCESSO de paz moçambicano vai-se arrastando, sem poder dar passos seguros, devido à falta de uma decisão concreta do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que tem vindo a adiar sucessivamente o debate sobre o assunto.

Aparentemente, as Nações Unidas não estão a dar a Moçambique a mesma importância que a outros casos dramáticos, virando prioritariamente a sua atenção para outras zonas de conflito, como a Somália, onde informações sobre a descoberta de petróleo parecem ter activado muito as preocupações da comunidade internacional com a fome das populações.

Sem a presença efectiva das Nações Unidas em Moçambique — com alguns milhares de homens — praticamente nada pode avançar. A começar pela Comissão de Supervisão e Controlo, dirigida pelo representante do secretário-geral da ONU, o italiano Aldo Ajello.

Aquele diplomata está em Nova Iorque há mais de três semanas, apesar de a estada ter sido inicialmente prevista para um máximo de 10 dias, e isso paralisou na prática a actividade da comissão. Houve uma primeira tentativa, a 20 de Novembro, de reunir o grupo sob a direcção do tenente-coronel Sushá, chefe dos

observadores militares, mas o Governo não lhe reconheceu autoridade para tal. Posteriormente, após contactos entre Maputo e Nova Iorque, foi decidido que poderia reunir sob a direcção de Eric de Mul, responsável pela representação permanente das Nações Unidas em Moçambique.

Após dois adiamentos sucessivos, o grupo reuniu-se no dia 2 de Dezembro, para definir métodos de actuação da Comissão de Cessar-Fogo e para analisar os resultados das investigações feitas a casos de violação do mesmo cessar-fogo, que entrou em vigor no mês de Outubro.

Começa, entretanto, a haver inquietação por ainda não se estar a verificar o acantonamento das forças da Frelimo e da Renamo, nem o seu desarmamento.

Se Moçambique se encontra em paz, isso deve-se à decisão das duas partes. Mas não há nenhum controlo internacional e a qualquer momento a guerra poderá recomeçar, pois as tropas de um e outro lado continuam armadas.

O facto de muitos militares governamentais estarem a ser incorporados na polícia levanta também dúvidas, baseadas no que aconteceu em Angola.

João Ferraz,
em Maputo

"Terrorismo puro"

TERÇA-FEIRA 1 DEZEMBRO 1993

Jorge Heitor

A extrema-esquerda e uma misteriosa "terceira força" eventualmente ligada à direita mais radical estão na lista dos prováveis culpados do atentado que no fim da semana passada vitimou quatro brancos num clube de golfe da África do Sul. O ANC disse tratar-se de "terrorismo puro".

A polícia sul-africana, tantas vezes suspeita de dar cobertura aos que não aceitam uma tranquila transição do Poder para a maioria negra do país, anunciou ontem que o Exército Azariano de Libertação Popular — braço armado do PAC, da esquerda radical — reivindicou o ataque de sábado à noite em que morreram quatro brancos, num clube da província do Cabo.

Os incidentes do fim-de-semana, em que pela primeira vez nos últimos dois anos uma acção de guerrilha vitimou alguns brancos, dando um novo cunho à violência endémica na África do Sul, diminuíram uma vez mais as esperanças de paz e acicataram a direita branca menos esclarecida contra o que crede ser a tendência inata da maioria dos negros.

O coronel Herman Koegelenberg, da polícia do Cabo, disse à agência Reuter que todos os guardas disponíveis procuraram os cinco homens que atacaram um clube de golfe com armas de fogo e granadas, tendo causado quatro mortos e 17 feridos. Mas não

se crede que seja muito fácil a sua detenção, apesar de haver uma recompensa pecuniária para quem dê informações que facilitem a prisão.

O secretário-geral do Congresso Pan-Africano (PAC), Benny Alexander, declarou que o seu grupo — resultante de uma cisão verificada em 1959 no ANC — não pode confirmar nem desmentir a participação da respectiva ala militar no ataque de King William's Town, junto à fronteira do Ciskei (um dos bantustões pseudo-independentes).

Mortos brancos e mortos negros

"Faz-se tanto alarde com o ataque só porque morreram brancos" — comentou Alexander, segundo o qual muita gente crede que a violência política na África do Sul seria tratada muito mais a sério se (em vez de estar só a vitimar negros) alastrasse para as zonas predominantemente habitadas por brancos.

O PAC, que sempre defendeu com o máximo de energia a predominância total dos negros na política sul-africana, tem vindo a rejeitar as exigências governamentais de que siga a atitude do ANC e suspenda a luta armada contra a administração branca.

"O racismo do regime, das forças da ordem e dos meios de comunicação social não ajuda a uma mudança de atitudes" — disse Alexander, segundo o qual é estranha a declaração policial de que a acção de comandos verificada na província do Cabo fora reivindicada ao telefone por alguém que teria dito pertencer ao Exército de Libertação.

De acordo com as suas palavras, o braço armado do PAC faz as reivindicações para a imprensa e não para a polícia, dá o nome de quem telefona e só os "comandantes" é que falam pelo Exército de Libertação.

Isso deixa em aberto a hipótese de alguns militantes da extrema-esquerda haverem cometido o atentado, com eventual conivência de uma "terceira força" essencialmente branca e à revelia da política oficialmente seguida pela direcção do PAC.

Quanto ao ANC, de Nelson Mandela, considerou o atentado de sábado um "acto ultrajante de puro terrorismo"; e aproveitou para repetir a sua mensagem de que não pode haver delongas no processo de transição para uma vida política plenamente participada por todos os cidadãos, em pé de igualdade.

"Este tipo de atrocidades só serve os interesses dos que tentam prejudicar o processo negociado por meio da violência" — disse o grupo que se apresenta como maioritário na sociedade sul-africana e que está agora disposto a partilhar o Poder com a comunidade branca, pois

sabe que a África do Sul não pode viver sem esse sector altamente significativo.

Quanto ao Partido Democrático, dos liberais brancos, que fazem a ponte entre o Governo do Presidente De Klerk e o ANC, sublinhou que todos os exércitos privados devem ser quantos antes desmantelados, para que não haja mais acções de comandos a ensanguentar uma pátria de tão elevado potencial.

O Partido Conservador, que se situa à direita do Partido Nacional que governa a África do Sul desde 1948, e que conserva a sua influência nas forças de segurança, aproveitou a oportunidade para — uma vez mais — culpar a linha reformista de Frederik de Klerk de todas as desgraças que estão a acontecer.

Os conservadores não deixam de recordar que a violência política já matou mais de 7.000

pessoas desde que o Presidente da República legalizou os grupos da oposição que até Fevereiro de 1990 se encontravam na clandestinidade. E certamente aumentará o tom da sua voz se as vítimas, em vez de serem só negros, passarem a ser também uns quantos brancos. ■

Pretória critica Buthelezi

O MINISTRO sul-africano do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer, acusou ontem o líder do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, de estar a atrasar o restabelecimento das conversações sobre a democratização do país, apesar de afirmar em público que deseja uma solução pacífica para os problemas da África do Sul.

"O Governo considera estranho que o Inkatha tenha evitado e recusado, desde há semanas, as tentativas de se reatar o diálogo" — disse o homem que representa o Presidente De Klerk nos contactos com os diferentes partidos e movimentos.

A crítica a Buthelezi surgiu na véspera da cimeira que durante alguns dias vai reunir no interior do país o Governo e o ANC, para se elaborar um calendário comum da transição para a plena vivência democrática: o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, só admite eleições para uma Assembleia Constituinte em 1994, enquanto o grupo de Nelson Mandela as desejará antes do fim de 1993.

Meyer afirmou que o Governo também tem tentado dialogar com as demais forças políticas, mas que o Inkatha se tem furtado a isso, o que já foi negado pelo presidente desse partido, Frank Mdlalose.

Entretanto, Buthelezi defendeu a união entre a província do Natal, administrada pelos brancos, e o Kwazulu, bantustão zulu, como base de uma África do Sul federal, tendo proposto que nos dois territórios se efectue um referendo sobre o assunto.

"Uma boa Constituição pode ser escrita e democraticamente aprovada sem haver uma Assembleia Constituinte" — disse Buthelezi na assembleia legislativa do Kwazulu, bantustão de que é primeiro-ministro.

Os analistas políticos dizem que o líder do Inkatha receia a hipótese de conseguir poucos lugares numa Constituinte a eleger em pé de igualdade por todos os sul-africanos. ■

Buthelezi e a nação zulu

O CHEFE zulu Mangosuthu Buthelezi, ignorando críticas quer do Congresso Nacional Africano quer do Governo sul-africano de Frederik de Klerk, anunciou que vai avançar com o plano para realizar um referendo visando a fusão do seu bantustão com a província do Natal. O estado de KwaZulu-Natal funcionará, na óptica de Buthelezi, dentro de uma federação sul-africana mas com uma enorme autonomia. Para o ANC de Nelson Mandela, o chefe zulu escoteja, desta forma, a via do confronto e não "na balcanização do país". ■

"É vital encontrar um lugar para a minoria branca"

Joseph Contreras*

"Quem é o último comunista lituano? É Joe Slovo". A anedota, que o ano passado corria na África do Sul, tem como alvo o chefe histórico dos comunistas sul-africanos, filho de lituanos, símbolo da luta contra o "apartheid". Aquele que terá sido durante décadas o branco mais odiado pelos brancos do seu país.

Joe Slovo, 66 anos, presidente do Partido Comunista da África do Sul, é um dos principais representantes do ANC nas conversações com o Governo de Frederik de Klerk e que esta semana têm mais uma fase. Defende a partilha do poder com a minoria branca, mas sem lhe atribuir um direito de veto. Pensa que se deve levar a sério Buthelezi. Não teme os compromissos. Seguem-se alguns excertos da entrevista concedida em Joanesburgo ao enviado da "Newsweek".

P. — Por que é que apoia a ideia de partilhar o poder com o mesmo Partido Nacional que criou o "apartheid"?

R. — Estamos convencidos de que o ANC conseguirá a maioria dos votos e tecnicamente deveria ter o direito de governar sozinho. Mas por um certo número de razões será do nosso interesse permitir alguma forma de participação dos partidos da minoria, o que claro inclui o Partido Nacional. Depois das eleições o Exército, a Polícia, a Administração Pública, o sistema jurídico e a economia serão os mesmos de antes. Todos eles constituem um potencial para desestabilizar o ANC. Por causa dos perigos a vir dessas forças, é vital encontrar um lugar para os partidos da minoria nas estruturas governamentais, pelo menos por um curto período de tempo.

P. — Em que é que as vossas propostas de partilha do poder diferem das do Presidente De Klerk?

R. — De Klerk tem defendido a partilha permanente do poder, o que na prática implicaria um veto da minoria às decisões do Governo eleito. Eu falo de partilha durante um deter-

minado número de anos, imediatamente a seguir à aprovação de uma Constituição. Sem veto da minoria.

P. — Ainda não há muito tempo a simples menção do seu nome assustava milhões de sul-africanos brancos. Mas Nelson Mandela disse que foi sua a ideia de suspender a luta armada do ANC. É o grande homem do compromisso, sob roupagem comunista?

R. — O compromisso pode muitas vezes parecer uma palavra feia aos militantes e radicais, e talvez nem seja a palavra adequada. Para mim só há um teste para a transformação radical: se serve ou não a nossa causa. Creio que todas as propostas que tenho feito servem os objectivos que nos propusemos para uma transformação radical.

P. — Vê um papel para Mangosuthu Buthelezi, líder do Inkatha, na partilha do poder que propõe?

R. — Obviamente gostaríamos de contar com todas as forças substanciais deste país. E sejam quais forem as divergências que tenhamos com Buthelezi, ele possui uma significativa base política e portanto temos de o ter em conta. Mas não podemos permitir que fique com poder de veto ou faça chantagem sobre o processo democrático por meio de ameaças e intimidação.

P. — Na semana passada De Klerk revelou um calendário para a transição democrática pelo qual as primeiras eleições sul-africanas para todos deverão ser o mais tardar em Abril de 1994. Qual é o seu calendário?

R. — A eleição do Governo Interino de Unidade Nacional deveria verificar-se antes do fim do próximo ano.

P. — Nos últimos dois meses, a credibilidade de De Klerk foi muito prejudicada por uma série de escândalos de corrupção e de problemas que envolvem as forças de segurança. Pensa-se no ANC que o Presidente foi enfraquecido e que chegou a altura de um compromisso?

R. — Percebe-se que De Klerk está a dirigir uma estrumeira e não um Governo. Estamos convencidos de que a transformação nunca esteve mais madura. Isso tem obviamente ajudado o processo da mudança. As perspectivas de transformação são hoje maiores do que têm sido desde que em 1990 autorizou o ANC.

P. — O enfraquecimento da base de poder de De Klerk influenciou a vossa decisão de defender a partilha do poder com o Partido Nacional?

R. — Não creio que tenhamos chegado ao ponto de esperarmos que o bloco do poder existente neste país se renda. Ainda têm vastos recursos à sua disposição, e cremos não ser possível ir para a mesa de negociações como se fôssemos para conversações de armistício com um inimigo derrotado. Estão enfraquecidos; nós estamos por cima. Mas será necessário fazer as propostas que temos feito porque a questão não é apenas conseguir uma transformação democrática. Essa transformação deve ser susceptível de enfrentar os problemas que serão herdados e as forças desestabilizadoras que ainda têm grande peso neste país.

P. — Receia que De Klerk possa estar muito perto de se demitir ou de ser derrubado por elementos da direita no seu partido ou nas forças de segurança?

R. — Duvido. Não têm neste momento alternativa viável a De Klerk. E, apesar dos seus problemas, não creio que haja forças suficientemente fortes para uma espécie de golpe. Elaborámos um cenário para uma solução negociada, não é uma tentativa de ignorar ou ultrapassar a outra parte. Cada proposta que temos feito é no nosso interesse e no interesse da transformação do país, no seu todo.

*Inclusivo PÚBLICO/Newsweek

De Klerk ataca Buthelezi

O PRESIDENTE da África do Sul, Frederik de Klerk, lançou ontem um ataque verbal sem precedentes contra o líder do partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, condenando o seu projecto de Estado federal nulo. Esse projecto só poderia conduzir a uma "confrontação directa" com o Governo, avisou De Klerk, manifestando "serias preocupações" perante o anúncio de Buthelezi de que organizaria um referendo sobre um projecto para constituir um Estado federal que agruparia o Kwazulu e o território do Natal. Uma fonte próxima do Governo disse à France Presse que Pretória nunca permitiria a realização de tal referendo.

De Klerk adverte Inkatha

O PRESIDENTE Frederik de Klerk declarou que o projecto do partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, sobre um Estado federal zulu levará a uma confrontação directa com o Governo sul-africano.

Buthelezi pretende realizar um referendo sobre a constituição de um Estado federal agrupando o Kwazulu e a província de Natal. O projecto aprovado pelo Parlamento do Kwazulu, que é uma verdadeira declaração unilateral de autonomia, provocou a "me" no Governo e irritação no seio do ANC.

Delegações negociais do Governo sul-africano e do ANC iniciaram estretamento conversações, em local secreto, para acelerar o processo de reformas. Entre os assuntos em debate destacaram-se a violência e o possível encurtamento da agenda de transferência do poder fixada pelo Presidente De Klerk e que prevê a realização das primeiras eleições não-raciais em Abril de 1994.

O ANC pretende a eleição de um Governo Interino de unidade nacional e o estabelecimento de uma Assembleia Constituinte até ao final de 1993.

O porta-voz da APLA, ala armada do Congresso Pan-Africanista (PAC), por seu lado, confirmou que a sua organização foi a autora do ataque contra os membros do clube de golfe de King William's Town, que provocou a morte de dois casais brancos e ferimentos em outras 17 pessoas. O porta-voz instalado no Zimbábue avisou os brancos da África do Sul que deveriam aguardar por mais ataques deste tipo.

O PAC continua a recusar aderir às conversações sobre o processo de reformas.